

# LITERATURA: ENTRE AS PERSPECTIVAS PÓS-COLONIAIS E OS DIREITOS HUMANOS

## LITERATURE: BETWEEN POST-COLONIAL PERSPECTIVES AND HUMAN RIGHTS

Adaylson Vasconcelos<sup>1</sup>

José Maclécio de Sousa<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente estudo traz como eixo central de sua discussão a interação entre literatura, direitos humanos e diversidade. A sociedade contemporânea, marcada na perspectiva eurocêntrica, mesmo sendo composta por elementos plurais e diversos, persiste na prática da segregação como real meio de interação com o que enxerga como diferente. Os diferentes são silenciados pelo afastamento social. O diverso é logo registrado como o que foge ao padrão branco, masculino e heteronormativo. Assim, mulheres, negros, indígenas, pobres, população *LGBTQIA+*, dentre outros, além dos espaços periféricos, são invisibilizados. A literatura, enquanto representação da realidade (ARISTÓTELES, 1993), é espaço propício de verificação dessa vivência de luta dos sujeitos e espaços marginalizados. É nesse sentido que o nosso estudo discutirá literatura, direitos humanos e diversidade a partir de autores como Candido (2010, 2011), Dalcastagnè (2012), Spivak (2010). Além da construção da discussão inter e transdisciplinar primeira, avançaremos com debates que apontam para embates sociais a partir da incorporação das análises produzidas pelos estudos feministas (PERROT, 2003), *queer* (BAROQUE e EANELLI, 2020; e BUTLER, 2019), de negritude (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES e GROSGOUEL, 2019; CÉSAIRE, 2020; FANON, 2020; e HALL, 2013). Em momento final, centraremos argumentação nos estudos ecocríticos (GARRARD, 2006) e principalmente o ecofeminista (TERREBLANCHE, 2021; e MIES e SHIVA, 2021), sendo estes os espaços possíveis e pertinentes que discutem sujeitos e espaços segregados historicamente. Com o estabelecimento desse diálogo proposto é possível reconhecer com mais veemência que a literatura se impõe como local de embates nos quais estes sujeitos historicamente silenciados, assim como a natureza que lhes atravessa e tece, insurgem produzindo e expondo suas histórias, vivências, culturas, anseios e necessidades, sempre com uma proposta de efetivar direitos e garantias já expressos na nossa legislação, mas que, por rejeição de setores dominantes da sociedade, são permanentemente negados.

**Palavras-chave:** Literatura; Minorias; Perspectivas Pós-coloniais; Direitos humanos.

**Abstract:** The present study brings as the central axis of its discussion the interaction between literature, human rights and diversity. Contemporary society, marked in the eurocentric perspective, even being composed of plural and diverse elements, persists in the practice of

---

<sup>1</sup> Pós-graduando do Curso de Especialização em Gênero, Diversidades e Direitos Humanos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>

<sup>2</sup> Professor orientador. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: <maclecio@yahoo.com.br>

segregation as a real means of interaction with what it sees as different. The different are silenced by social distancing. The diverse is soon registered as what escapes the white, masculine and heteronormative pattern. Thus, women, blacks, indigenous people, the poor, the *LGBTQIA+* population, among others, in addition to peripheral spaces, are made invisible. Literature, as a representation of reality (ARISTÓTELES, 1993), is a propitious space to verify this experience of struggle of marginalized subjects and spaces. It is in this sense that our study will discuss literature, human rights and diversity from authors such as Candido (2010, 2011), Dalcastagnè (2012), Spivak (2010). In addition to the construction of the first inter and transdisciplinary discussion, we will advance with debates that point to social clashes from the incorporation of the analyzes produced by feminist studies (PERROT, 2003), queer (BAROQUE and EANELLI, 2020; and BUTLER, 2019), of blackness (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES and GROSFUGUEL, 2019; CÉSAIRE, 2020; FANON, 2020; and HALL, 2013). Finally, we will focus the argument on ecocritical studies (GARRARD, 2006) and especially the ecofeminist one (TERREBLANCHE, 2021; and MIES and SHIVA, 2021), these being the possible and relevant spaces that discuss historically segregated subjects and spaces. With the establishment of this proposed dialogue, it is possible to recognize more vehemently that literature imposes itself as a place of clashes in which these historically silenced subjects, as well as the nature that crosses and weaves them, rise up producing and exposing their stories, experiences, cultures, desires. and needs, always with a proposal to implement rights and guarantees already expressed in our legislation, but which, due to the rejection of dominant sectors of society, are permanently denied.

**Keywords:** Literature; Minorities. Post-colonial perspectives; Human rights.

## 1 INTRODUÇÃO

*Literatura: entre as perspectivas pós-coloniais e os direitos humanos* aborda reflexões sobre a temática da diversidade em perspectiva de direitos humanos e a partir dos estudos literários, e, por isso, está direcionada na linha de pesquisa Gênero, educação intercultural, políticas públicas e direitos humanos.

O interesse maior da pesquisa reside na promoção de estudos inter e transdisciplinaridades, aqui alicerçados nos estudos literários, de classe, de raça, de gênero, da natureza e de direitos humanos. A literatura reflete espaço propício para os estudos da sociedade, pois, como entendido por Aristóteles na *Poética* (1993), a arte representa o real. Nesse sentido, é plenamente verificável, por meio do texto literário, os desafios vivenciados por grupos socialmente vulneráveis diante das sociedades das exclusões.

Representar ações humanas é retratar atos individuais e coletivos executados em sociedade, assim parte do exercício do agir contínuo do viver dos e entre os sujeitos. Não há como gerar uma reflexão, a partir dos estudos literários, de modo desprendido da comunidade e das vivências expressadas nos escritos. Não é discutir técnicas e métodos, é pensar sobre

situações do cotidiano e as interações possíveis entre os vastos grupos sociais. Diante disso, a compreensão de Mills (1982) sobre *capacidade imaginativa* resta plenamente dialogada com *Literatura: entre as perspectivas pós-coloniais e os direitos humanos*. A técnica aqui reflete a necessidade de uma sistematização do conhecimento, traduzindo o entendimento de modo lógico e ordenado. Todavia, não interfere no objeto e nem na teoria, tampouco torna a análise dissociada da prática, do cotidiano, mesmo que a construção se dê sob um viés teórico-crítico. Literatura, como defendemos, é ação, é vida, é transformação permanente de conceitos, práticas e visões dos personagens sociais e dos mundos nos quais os atos se desdobram.

A pesquisa aqui em tela vislumbra questões da vida socioambiental caras à sociedade, principalmente aos grupos minoritários que diuturnamente restam marginalizados, cerceados e apagados da vida em coletivo. Diante disso, partiremos da literatura como suporte necessário das narrativas das minorias, sempre pautando necessidades e urgências desses que restam invisibilizados. Nesse sentido, e conforme os postulados de Popper (2008), no plano metodológico, adequamos a pesquisa levando em conta as seguintes diretrizes:

1. A nossa pesquisa, quanto à abordagem, é de cunho qualitativo, posto que se volta para o debate teórico-crítico entre os estudos literários e os direitos humanos, centrada em temas como inclusão, visibilidade e diversidade social, de modo a entender a literatura como importante vetor de promoção dos direitos humanos em sociedade, sem aqui nos preocuparmos estritamente com análise de números ou de dados estatísticos.

2. Já quanto à natureza, o nosso estudo tem viés aplicado, por contemplar análise sob uma perspectiva interdisciplinar e inclusiva. Trata-se de pesquisa exploratória, quanto aos objetivos, pois o conteúdo será discutido com levantamento bibliográfico, constituição e problematização de conceitos e pressupostos desenvolvidos por pensadores que analisam as temáticas que permeiam tanto a literatura, direitos humanos e diversidade. Bibliográfico é como definimos o nosso estudo quanto aos procedimentos, porque basearemos as nossas considerações em estudos, pesquisas, análises coletadas e compiladas em artigos, livros, dissertações, teses e demais mecanismos de circulação do saber produzido quanto à matéria em análise.

Nesse caminho, e apontando já para as seções do artigo científico que virá, teremos uma produção seccionada em três momentos, sempre a partir de um viés teórico do estudo entre literatura e direitos humanos. A propositura de uma leitura teórica e não aplicada se dá em razão de analisarmos ainda como necessária para, sobretudo no contexto atual, balizar com mais precisão esse estudo inter e transdisciplinar.

É com essas premissas que, no primeiro momento – *Literatura: campo dos direitos humanos* –, abordaremos a literatura como campo propício de discussão e análise dos direitos humanos.

No segundo momento – *Sujeitos vulneráveis na literatura: uma perspectiva pós-colonial* –, apontaremos a literatura como *locus* adequado para reconhecer o protagonismo de sujeitos e espaços socialmente marginalizados, claro que compreendendo e tecendo um olhar crítico para o sistema literário que continua a operar como campo de privilegiados, afinal parte considerável dos que tem acesso a realizar publicações permanecem num ambiente privilegiado branco, masculino e heteronormativo, apesar das discussões contemporâneas.

Em *Natureza como sujeito, discurso e base determinante na literatura*, terceiro momento, teremos discussão de como o meio ambiente passa a ser analisado a partir de um prisma de destaque no cenário literário, principalmente quando associado ao feminino. Estaremos diante de dois sujeitos sociais historicamente subjugados, mas que, com a ecocrítica e o ecofeminismo, passam a deter novas leituras que permitem ressignificações e reenquadramentos significativos nos estudos literários contemporâneos.

Pensar nas minorias, nos sujeitos e nos espaços marginalizados da sociedade se faz necessário não apenas para estabelecer a exposição de temas sensíveis e urgentes para a promoção de um agir comunitário menos desigual e mais harmonioso, é para principalmente o reconhecer os próprios indivíduos como autores de suas histórias, sem a necessidade de um endossante – quase sempre pertencente a grupos privilegiados – para legitimar vivências e experiências sociais que por esses não foram/são suportadas/vivenciadas.

## **2 LITERATURA: CAMPO DE DIREITOS HUMANOS**

Candido, em *O direito à literatura*, aduz que a literatura corresponde a um direito humano do indivíduo, além de ser um relevante instrumento que promove a prática em direitos humanos, posto que “desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (2011, p. 182). Concretizando um real processo de humanização, no momento que representa os fatos sociais e imprime dilemas dos mais distintos grupos sociais existentes, a literatura constitui relevante meio de denúncia social. É nesse sentido, de enxergar a literatura como ponto de humanização de sujeitos e de meio de denúncia problemas sociais (CANDIDO, 2010) em decorrência de

abusos praticados por grupos hegemônicos, e também pela ação ou omissão estatal, que elegemos a literatura para ser o nosso ponto central de análise para as questões de direitos humanos e de gênero. A literatura, nessa construção analítica, é compreendida como direito humano.

De todo modo, como acima pontuado por Candido (2010), a literatura parte para desnudar os problemas sociais, enquanto propõe reflexões e inquietações aos seus leitores. Estaremos atentos a essas questões sociais – nos problemas decorrentes da exclusão de parcela significativa da população, segregação esta munida pelo ódio à diversidade e pelo anseio de padronização de mentes e corpos a partir de um prisma heteronormativo e masculino de pensar e agir socialmente –, mas também, e sobretudo, nas reflexões e inquietudes produzidas, pois, através delas, podemos vislumbrar um futuro mais aberto a diversidade, ao respeito. Podemos muito bem depreender que, ao se efetivar como expediente capaz de denunciar as diferenças e expor a necessidade de uma sociedade menos desigual e mais plural, a literatura que, antes foi identificada como direito humano, agora pode ser lida como um instrumento fomentador da efetivação de direitos: uma garantia para consolidação de direitos, políticas e acessos sociais.

A literatura tem sido um campo de refúgio para as minorias, pois nela é possível expor a sua história, os seus anseios e suas lutas perante a sociedade das exclusões. Todavia, mesmo diante desse mecanismo inclusivo, há exclusão. A segregação reside na possibilidade de editoração, na circulação do texto, nas premiações de festivais, nas escolhas de obras para vestibulares, isso apenas para exemplificarmos.

É nesse ponto que a literatura das minorias resta ainda à margem da literatura. Em razão desse desnivelamento que observamos como frequente o uso adjetivado para literatura, pois o substantivo isolado reflete um espaço de privilégios, quase sempre branco, masculino, abastado e heterossexual. Como oportunidade de demarcação de espaço e de discurso que vemos o emergir, cada vez mais frequente, da literatura feminina, da literatura negra, da literatura *queer*, da literatura indígena, da literatura dos pobres, da literatura da natureza. Esses complementos são necessários para demonstrar vários aspectos, reflitamos: o primeiro, como já explicitado, que a literatura difundida é a literatura dos privilégios; segundo que a qualificação já anunciada traz o conteúdo principal para o leitor; terceiro que a exposição do conteúdo provoca interesse e dá visibilidade para pautas históricas, atuais e urgentes de uma sociedade multifacetada e desigual como a brasileira. Podemos, a partir dessa perspectiva de literatura, minorias, acesso, divulgação e campo editorial, tecer variadas assertivas para defender a produção e a divulgação dessa literatura a partir de suas temáticas centrais.

Com essa nossa reflexão, corrobora Dalcastagnè (2012) quando discorre sobre a invisibilidade de alguns sujeitos, como os negros e pobres, ao longo da literatura produzida entre os anos de 1990 e 2004. A autora alonga mais a discussão e alcança a produção realizadas por esses sujeitos, ainda mais ausente. Essa análise traduz em números a nossa colocação acima exposta. A literatura é um espaço democrático pois permite a todos narrar suas histórias. Todavia, o sistema literário não traduz a mesma prática, pois está nas mãos de poucos grupos, que quase sempre prezam pela publicação e divulgação de temáticas que não congregam os sujeitos e espaços marginalizados e, quando os apresentam, é quase sempre caricaturizado e narrado sob o viés do outro. O outro que conta a história do povo negro, do pobre, do marginalizado. A sua voz é silenciada.

### **3 SUJEITOS VULNERÁVEIS NA LITERATURA: UMA PERSPECTIVA PÓS-COLONIAL**

A literatura brasileira, não muito diferentemente da literatura europeia, esteve por muito tempo ancorada nas elites nacionais. Assim sendo, os relatos feitos eram da corte, dos circuitos privilégios e sujeitos de relevo social, mesmo quando o autor elegia esses conteúdos para, como o recurso da ironia, questionar a situação vigente, de modo a criticar o sistema. Como um recurso da própria cultura, esta que é socialmente mutável, a literatura também adere a modificações, releituras e novas perspectivas com o passar dos anos. Se olharmos de modo geral, o cenário literário nacional é bastante branco, masculino, abastado e heterossexual. Todavia, se injetarmos nesse mesmo olhar uma lupa atenta, veremos que o cenário, mesmo que lentamente, vem reconhecendo as necessidades coletivas e promovendo alterações. Esse atestado muito bem nos fornece Dalcastagnè (2012).

Spivak (2010) como apontado no momento anterior, representa um norte significativo para o permitir que o outro fale, mas, e principalmente, para que estejamos aptos e atentos para ouvir as histórias, culturas e diferenças dos demais componentes sociais. No cenário da crítica literária nacional, podemos resgatar os trabalhos de Schwarz (1983) que, de modo singular, agrega contribuições dos principais estudiosos do país para colocar em destaque categorias marginalizadas pela sociedade, também pelos estudiosos de literatura brasileira até então. Foi assim que o vadio, o pobre, a mulher, o escravo, o matuto, o cafajeste, o negro, o

malandro, o sertanejo e temáticas a eles correlatos encontraram refúgio numa obra de destaque sobre os estudos literários.

Dentre esses pobres, esses vulneráveis, apontados pela literatura e destacados inicialmente por Schwarz (1983), percebemos importantes destaques teórico-críticos referentes a alguns desses grupos, precisamente: mulheres, *LGBTQIA+* e negros. Temos, na atualidade, valorosas contribuições de Ribeiro (2017) que, mesmo abordando o feminismo e a negritude sob uma perspectiva filosófica, muito se encaixa na reflexão sobre leitura literária. Em *O que é lugar de fala*, Ribeiro (2017) dialoga com a perspectiva de Spivak (2010), mas centrando sua análise na questão negra, entrelaçada pelas demandas de gênero, raça e classe social, conteúdos que envolvem e ditam as diferenças sociais e os graves problemas brasileiros da contemporaneidade.

A mulher, como retratada por Perrot (2003), corresponde uma construção social no qual o seu corpo é constantemente vitimado e abusado pelo domínio do patriarcado, seja na ação doméstica (privado), seja no plano social (público). Independentemente do local no qual esteja, o feminino é coisificado e visto pelo masculino como entidade a ser controlada, por precisar ser dominada e também para que o homem socialmente exponha a sua condição de tecer dominação perante aquele corpo vulnerável. Seja o pai ou o marido, hoje em dia podendo ser ampliado esses papéis masculinos, o homem vê na dominação do feminino um troféu a ser exposto.

A historiadora francesa problematiza toda essa construção errônea produzida e propagada e suas contribuições surgem como relevante meio de questionamento de todo esse exercício permanente de subjugação e de silenciamento. É nesse contexto que a crítica feminista cresce na contemporaneidade, e nos estudos literários, como forma de denúncia da dominação de corpos e mentes femininos, ferramenta de política formativa de mulheres que questionem esses lugares de dominadas que a elas forma impostos ao longo dos séculos. A ruptura desse sistema se faz mais que preciso para a construção de uma igualdade entre os gêneros masculino e feminino.

Importante nome nos estudos *queers* atuais, Butler (2019) traz para nós uma significativa reflexão sobre as fronteiras do corpo, promovendo questionamento que visa a desconstrução socialmente imposta para esse mesmo corpo, de modo que imposições físicas, sociais e afetivas no que diz respeito a heteronormatividade sejam urgentemente revisitadas. Associada a essa proposta, Baroque e Eanalli (2020), mediante uma análise anarquista,

propõem uma atenção e ótica social resolutiva para os problemas que envolvem a ocultação social para o transfeminismo e suas carências.

Mais voltado para os estudos da negritude, temos as contribuições de Césaire (2020 [1950]) e Fanon (2020 [1952]), nomes e referências primeiras para a luta contra o colonialismo, em prol da perspectiva decolonial e antirracista. Os males do colonialismo representam a denúncia de Césaire (2020 [1950]), colonialismo este alicerçado no racismo que muito fora normalizado e banalizado, logicamente, pelos praticantes: os europeus. Fanon (2020 [1952]) corresponde a outro crítico contumaz da colonização e de seus impactos sobre a construção da identidade do sujeito negro. Esses dois símbolos dos estudos de negritude, somados a outros como Hall (2013) – que ainda insere a problemática da diáspora, da nação e da identidade no contexto da globalização – e Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2019) que organizaram produção a partir de temas atuais e urgentes na pauta da comunidade negra: pensamento afrodiaspórico, feminismo negro e América Latina, sempre permeados por gênero, raça, classe social e direitos humanos.

Estudiosos, como Mbembe, trazem para nós terminologias próprias para os nossos dias e que, num passado não tão distante, poderiam ser plenamente encaixadas nas distopias de Atwood. *Necropolítica* (MBEMBE, 2020a) indica para o poder político associado ao poder da morte. Como experienciamos, esse termo traduz uma política de morte, real, presente e muito próxima de nós, onde o extermínio é uma prática de estado, e nada mascarada – o que, nesse passado não tão distante, seria plenamente denunciado, processado e julgado como crime contra a humanidade, mas que, no mundo de hoje, é visto, vivido e pouco combatido por instituições e setores sociais que deveriam servir a sociedade e ao povo.

*Políticas da inimizade* (MBEMBE, 2020b) alcança o debate contra os inimigos que devem ser combatidos e, nos dias de hoje, esse inimigo criado muito tende para os estrangeiros. Esses sujeitos que, mesmo diante do conflito bélico, da fome, dos desastres naturais, que apenas buscam viver em um território menos hostil, encontram, na realidade, mais adversidades, estas geridas pelo ódio ao outro e que exacerba preconceitos como xenofobia e racismo. O estigma contra o estrangeiro apenas produz uma cultura de hostilidade cada vez mais voraz e mortífera numa realidade global e atual.

Seja com a leitura de Spivak (2010), de Schwarz (1983), de Ribeiro (2017), além dos demais aqui enfatizados, a literatura no cotidiano deve ser pensada como importante instrumento social de luta em prol da minimização das diferenças, promovendo uma reflexão crítica da história da comunidade brasileira, fazendo com que homens e mulheres revisitem seus

conceitos cristalizados e sejam capazes de ressignificar não só conceitos, mas práticas que, ao longo dos anos, simbolizam para atos de segregação, de apartamento entre grupos e, principalmente, de morte. A literatura, como representação do social, como sempre nos ensinou os postulados de Aristóteles (1993), pode muito bem ser uma importante arma contra a intolerância, os abusos e rupturas de nossa sociedade. Para isso, faz mais que necessária à sua presença permanente e firme nas escolas para, de modo integrativo e formativo, edificar novos sujeitos, estes capazes de consolidar esse mundo ancorado nos preceitos dos direitos humanos, garantindo a diversidade não só na abordagem de gênero, mas, e sobretudo, no conviver e no possibilitar uma harmonia social.

Com esse viés, e mesmo diante de um sistema que mantém privilégios sociais históricos, temos visto um avançar significativo rumo a mudar essa sistemática. Autoras, autores negros, *queers*, indígenas vêm ganhando destaque, seja na mídia, seja junto as editoras de alcance nacional e modificando, mesmo que em parte, essa realidade. É visível, mesmo sem análise estatística, que esses sujeitos alcançaram maior destaque no circuito literário nacional na contemporaneidade. Nomes como Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina de Jesus, Conceição Evaristo, Lima Barreto, Laerte, Daniel Munduruku, Márcia Kambeba são exemplos, seja do ontem ou do hoje, que ecoam nas editoras, nas revistas científicas, nas academias, nos congressos e no principal: no gosto do leitor.

Cada um, na sua particularidade, defende a sua causa sem deixar de lado o primor estético, promovendo releitura de momentos e situações históricas, problematizando condutas e fazendo com que mudemos velhas práticas e atos que não condizem com a luta em prol de um mundo menos desigual. Nessa compreensão de permitir que todos os sujeitos sociais falem de si, de suas culturas, expondo seus anseios e necessidade, efetivaremos trocas culturais salutares e necessárias na edificação de uma sociedade plural e, mais do que isso, estaremos praticando o ensinado por Spivak (2010), quando, a partir de uma leitura e entendimento pós-colonial, aduz para a necessidade de rompermos com a prática da subalternidade de indivíduos e grupos e passarmos a exercitar uma proposta de fomento para que todos sejam capazes de falar e serem ouvidos.

#### **4 MULHER E MEIO AMBIENTE: LITERATURA, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA ECOFEMINISTA**

Até o presente momento, verificamos como a literatura corresponde a um campo propício para o diálogo com os direitos humanos, bem como essa mesma literatura é espaço para reconhecimento de voz do vulneráveis socialmente. Mulheres, *queers* e negros são sujeitos presentes nas nossas narrativas, nas nossas poesias e no nosso teatro, mas que devem superar o lugar de objeto de escrita, passando a serem reconhecidos como sujeitos de ação, que produzem e contribuem ativamente para a sociedade e para a literatura.

Nessa direção, a ênfase agora será direcionada para o diálogo entre literatura e meio ambiente, e como essas duas categorias se entrelaçam com o feminino, conforme discussões próprias da corrente teórico-crítica do ecofeminismo (TERREBLANCHE, 2021; e MIES e SHIVA, 2021), proporcionando o entendimento que a problemática da natureza é necessariamente parte central dos processos de lutas sociais de (re)existências.

Se buscamos, se almejamos, uma educação *em / para* direitos humanos, bem como uma literatura produzida, difundida e ensinada na proposta de direitos humanos, além dos sujeitos vulneráveis, temos que inserir nos debates os ambientes igualmente marginalizados, subalternizados e domados. O meio ambiente, ao bem observarmos, constituiu como o primeiro outro dominado pelo homem. É nesse sentido que o homem surgiu historicamente como protagonista do terror, promovendo desestabilidade na natureza por meio do extermínio de bens naturais, formas de vidas e ecossistemas, o que ocasionou, ocasiona e ocasionará o caos ambiental que resultou, resulta e resultará também em caos social, condenando à miséria e ao sobreviver incontáveis grupos sociais e seus territórios.

Diante dessa necessidade, a teoria literária hoje reconhece a ecocrítica como uma vertente metodológica de análise que enfoca as relações estabelecidas entre literatura e o meio ambiente, capaz de “vincular explicitamente suas análises culturais a um projeto moral e político “verde””, como assevera Garrard (2006, p. 14), de modo a promover um olhar ecocêntrico para as relações verificadas nas composições literárias. Em Glotfelty e Fromm (1996, p. 19), temos a seguinte definição para essa corrente analítica:

O que é ecocrítica, então? Dito em termos simples, a ecocrítica é o estudo da relação entre literatura e o ambiente físico. Assim como a crítica feminista examina a língua e a literatura de um ponto de vista consciente dos gêneros, e a crítica marxista traz para sua interpretação dos textos uma consciência dos modos de produção e das classes econômicas, a ecocrítica adota uma abordagem dos estudos literários centrada na terra.

Se o fim do Séc. XX já estabelecia a todos nós a urgência de mudar o modo com o qual interagimos com o meio, esses últimos anos do Séc. XXI sentencia a humanidade: ou muda

ou será o fim. Com essa prática danosa de enxergar a natureza como algo a ser dominado e precificado, o caminho é de destruição total, dos ecossistemas e da sociedade. Precisamos da natureza para firmar a nossa existência e, diante de um *locus* prejudicado, poluído, limitado, o nosso viver assim também será, o que ampliará ainda mais os números de miséria, de fome, de conflitos que temos na atualidade.

É diante dessa urgência no rearranjar o modo pelo qual interagimos com a natureza, que Leff (2006) desenvolve o conceito da *racionalidade ambiental*, fincado na proteção do meio ambiente de modo que mitigue as diferenças entre os mais distintos grupos sociais através de uma premissa sustentável. Krenak (2019), a partir da visão indígena, reflete também pela urgência no reconectar do humano com a natureza, através de um olhar de reconhecimento do sujeito natureza com a mesma equivalência do sujeito humano e não de encontrar na natureza um valor meramente econômico. Essa leitura de Krenak (2019) dá um caminho que precisamos levar em consideração para mudar o jeito com o qual nos relacionamos com o meio natural, o jeito da dominação.

A pandemia da COVID-19 sinaliza a urgência de superação do paradigma da modernidade, devido os indícios que doenças, epidemias e pandemias estejam relacionadas aos impactos e desequilíbrios ambientais, resta saber se seremos sábios o suficiente para promovermos a reconexão com o meio natural. Essa nova realidade, que pode ser lida como exercício da *vingança* da natureza (ENGELS, 1979; HARVEY, 2020), vem ensinando a humanidade que diminuir as suas atividades, sejam pessoais, econômicas, laborais ou industriais, pode representar uma melhora para a vida ambiental do planeta. Boff, em *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra* (2015), denuncia esse modelo econômico que não detém diretrizes de proteção ambiental, que vê os elementos da natureza tão somente como mercadorias rentáveis ao seu sistema, sem qualquer resguardo das pessoas e populações que interagem com esse mesmo local. É nesse sentido que o autor aduz:

Hoje a Terra se encontra em fase avançada de exaustão e o trabalho e a criatividade, por causa da revolução tecnológica, da informatização e da robotização, são dispensados e os trabalhadores excluídos até do exército de reserva do trabalho explorado. Ambos, terra e trabalhador, estão feridos e sangram perigosamente. (BOFF, 2015, p. 28)

Problematizando a tecnologia usada no cotidiano, Martínez Alier, em *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração* (2017), afirma que:

Da forma como o problema está colocado, as novas tecnologias não representam necessariamente uma solução para o conflito entre a economia e o meio ambiente. Pelo contrário, perigos desconhecidos incorporados às novas tecnologias engendram em muitos momentos conflitos com a justiça ambiental. (MARTÍNEZ ALIER, 2017, p. 36)

Com a premissa de Glotfelty e Fromm (1996), aliadas às reflexões de Boff (2015) e de Martínez Alier (2017) para a denúncia ao descaso ambiental e social contemporâneo, podemos depreender algumas características relevantes para o estudo da ecocrítica.

1. Há o enfatizar para a atenção dada pelos estudos literários para o meio ambiente, retirada a condição do homem de dono do espaço físico ou de delegado do divino para sobre ele reinar e estabelecer as suas intenções. O meio ambiente se mostra como um outro extremamente vulnerável e necessitante de atenção e cuidado frente ao desejo vociferante do homem de com ele se locupletar, mesmo que, para isso, seja preciso gerar mais desigualdades e precariedade entre os seus iguais.

2. A interdisciplinaridade se mostra como base de produção desse novo conhecimento, que se nutre não somente da teoria literária reconhecida, mas também da ecologia, da filosofia, da economia e de todas as áreas do saber que enxergam o meio ambiente como personagem relevante e que deve ser reestruturadas suas análises de modo a garantir uma melhor interação entre sociedade e natureza, permitindo um reconectar e um realinhar não só de modo de vida, mas de concepção e de entendimento com o meio natural.

Ainda resgatando Boff (2015), é de rápida percepção que o teólogo brasileiro denuncia não só os descasos com a natureza, o trabalhador, aquele hipossuficiente, também é elevado a condição de vítima dessas ações predatória de nossos dias. Aqui reforça o diálogo com os direitos humanos que marcamos desde sempre, bem como com a classe dos sujeitos vulneráveis. O trabalhador indica para esse sujeito que diuturnamente tem seus direitos vilipendiados e que tem a sua sobrevivência – não só laboral, mas humana também – atacada pelo sistema que maximiza lucro e atenta contra vidas, *vide* a uberização das atividades trabalhistas. Já o economista e cientista espanhol, Martínez Alier (2017), aponta para o caminho da justiça ambiental como alternativa para essa destruição ambiental, ressaltando, talvez o ponto mais relevante, e ao mesmo tempo perigoso, para o momento: a perseguição aos ambientalistas.

De modo a mais afunilar a discussão, e como percebemos, a ecocrítica traz necessárias releituras para a análise literária. Entretanto, com o passar dos anos, verificou-se que não era o bastante para discutir os dilemas da natureza. Diante dessa premissa, nasce o ecofeminismo, etapa que alia a natureza ao feminino, como forma de discussão ainda mais

denunciativa de como a natureza é atacada frequentemente. Sobre ecofeminismo, reflete Terreblanche (2021, p. 275):

As ecofeministas apontam as conexões históricas, materiais e ideológicas entre subjugação das mulheres e a dominação da natureza. Elas fazem referência a um corpo diversificado de teoria política que inclui as éticas feminista, decolonial e ambiental, incitando a analisar como os conceitos fundamentais são incorporados e corrompidos por noções tradicionais.

E complementa:

Essa política emancipatória está ganhando reconhecimento por sua capacidade de elucidar as convergências entre a preocupação com a ecologia, o feminismo, o marxismo e a ética centrada na vida como o *swaraj* na Índia e a ética africana do *ubuntu*. Sua análise fornece uma base sociológica sistêmica para todas as alternativas pós-desenvolvimento, que buscam igualdade e modos de vida sustentáveis. As ecofeministas defendem uma visão do mundo baseada no cuidado com a diversidade de todas as vidas.

Diante do entendimento discorrido por Terreblanche (2021), percebemos o avançar da discussão crítica elencada ainda por Glotfelty e Fromm (1996), quando estes apresentavam uma proposta que não se mostrava umbilicalmente ligada às leituras feministas. Como é mais perceptível a partir do ecofeminismo, difícil é estabelecer uma análise que aborde o meio ambiente e exclua o feminino, principalmente se essa proposta for ancorada em premissas de cuidado e em resguardo de uma compreensão sustentável de agir e de viver.

Reconhecendo os préstimos de Mies para as discussões ecofeministas, a autora, em *Ecofeminismo* (2021), também difundindo reflexões sobre meio ambiente e tecnologia, denuncia a ausência de relevância dada pelo homem ao mundo na contemporaneidade, vejamos:

A energia atômica, assim como a tecnologia genética e computacional, costuma ser justificada pelo argumento de que demoraria muito para mudar as relações sociais e desenvolver uma alternativa ao paradigma científico prevalecente e sua tecnologia com base em uma relação diferente dos seres humanos com a natureza. (SHIVA; MIES, 2021, p. 180)

E finaliza:

Está na hora de exigir o fim imediato das usinas nucleares, de nos afastar da tecnologia da reprodução e de começar a estabelecer uma nova relação benevolente e recíproca com a natureza. Está na hora de a natureza não mais ser vista e tratada como nosso

inimigo, mas como uma entidade viva, da qual nós somos parte integrante (SHIVA, MIES, 2021, p. 180)

Esses dilemas resgatados pela socióloga alemã, ainda no início dos anos 1990, demonstra que, se naquela época ainda tínhamos um limite de descaso ambiental a alcançar, agora já o vencemos, e que só nos resta uma opção: uma nova relação benevolente e recíproca com a natureza, como preconizou a autora. Cabe ao ser humano recontar a história, abandonando qualquer intuito de dominação e de falsa superioridade em relação a natureza para que possamos edificar um mundo habitável para todas as espécies terrestres. Uma história de unidade entre homem e natureza é capaz de minimizar os danos historicamente causados e de extirpar a cultura de opressão difundida contra os seres naturais.

Como sempre aqui afirmado, a literatura indica espaço necessário para discussão e defesa dos direitos humanos. Nessa relação entre sujeitos vulneráveis e espaços marginalizados, a literatura também é importante local de apoio. Com o advento dos estudos culturais, há um novo tempo de análise para os estudos literários. Novo tempo porque a interação com outras ciências e ramos do saber se torna ainda mais frequente e possibilita uma reanálise de situações, compreensões e visões até então já estabelecidas.

Essa reestruturação atinge a temática espacial. A natureza, o meio ambiente, passam a ser compreendidos como sujeitos relevantes nas narrativas ou nos versos. Reconhecida na sua subjetividade e significância, a natureza deixa de ser analisada tão somente como cenário das narrativas e passa a ser entendida como ser determinante no próprio discurso. Certo que nem todos os escritos trazem consigo a compreensão de uma natureza dotada de particularidades e experiências, mas, a não observância da crítica diante de textos literários que trazem essa nova compreensão, indicaria a perpetuação de um silenciamento frente a esse outro que dita o viver humano e que, desse mesmo humano, sofre impactos e ações.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O texto literário, como referenciado, corresponde a importante suporte para compreensão dos direitos humanos a partir do contar dos descasos sociais e ambientais que vivenciamos ao longo dos tempos. Com a representação das histórias das minorias, denuncia de modo mais veemente que a necessidade de mudar é urgente.

*Literatura: entre as perspectivas pós-coloniais e os direitos humanos* reforça a necessidade de interação e interrelação entre os saberes, de modo a promoção de uma sociedade menos desigual e mais acolhedora, que seja capaz de reconhecer a sua pluralidade em laço comum de respeito e fraternidade. A literatura, como destacado, pode muito bem ser esse campo que fortalece a difusão dos direitos humanos diante de uma sociedade que pleiteia a extinção de desigualdades.

A diversidade étnica, sexual, política, religiosa da nossa sociedade, por si só, depõe para a urgência da tolerância e da escuta de todos esses sujeitos plurais, sem qualquer restrição ou afastamento social em razão de sua diversidade frente ao modelo branco, masculino e heteronormativo imposto aos demais grupos sociais. Assim, todos os sujeitos, sejam eles negros, mulheres, pobres, indígenas, população *LGBTQIA+* e demais outros sociais devem ter seus direitos resguardados, sempre à luz do direitos humanos. Todavia, não são só os seres humanos que devem deter essa proteção, o meio ambiente, os espaços periféricos também devem ser protegidos.

Para toda essa análise, o pós-colonial foram a força-motriz, reconhecimento capaz de prezar pela alteridade e pela voz dos sujeitos e espaços invisibilizados. Foi através do pós-colonial que trouxemos estudos sobre o subalterno, o feminino, o *queer*, o negro e a natureza, também com a sua interface com o feminino.

Diante dessa revisão de literatura, fica a importância no fomentar de pesquisas que, lendo a nossa realidade a partir da lente dos estudos culturais, avance rumo a etapas como a ecocrítica e o ecofeminismo, pois os danos a direitos humanos que atingem e vilipendiam o meio ambiente, ecoam, de modo significativo e, muitas vezes, irreversível na realidade social, maximizando o sofrimento e a qualidade de vida desses sujeitos socialmente e historicamente invisíveis.

## **REFERÊNCIAS**

ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. Eudoro de Souza. 3. ed. São Paulo: Ars Poetica, 1993.

BAROQUE, F.; EANELLI, T (orgs.). **Bash back! ultraviolência queer**: antologia de ensaios. Tradução de Beatriz Regina Guimarães Barboza, Emanuela Carla Siqueira e Julia Raiz do Nascimento. São Paulo: crocodilo; n-1 edições, 2020.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (orgs.).

**Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 2. ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2019.

BOFF, L. **Ecologia:** grito da terra, grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra. Petrópolis: Vozes, 2015.

BUTLER, J. **Corpos que importam.** Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade.** 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CANDIDO, A. O direito à literatura. *In:* CANDIDO, A. **Vários escritos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011, p. 171-193.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo.** Tradução de Cláudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

DALCASTAGNÈ, R. **Literatura brasileira contemporânea:** um território contestado. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

ENGELS, F. **A dialética da natureza.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GARRARD, G. **Ecocrítica.** Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

GLOTFELTY, C.; FROMM, H. (orgs.). **The ecocriticism reader:** landmarks in literary ecology. Londres: University of Georgia Press, 1996.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização de Liv Sovik.

Tradução de Adelaine La Guardia Resende. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de pandemia. **Apocalypse neoliberal**: visões anticapitalistas sobre os impactos da crise e as hipóteses revolucionárias deflagradas pela pandemia do coronavírus, São Paulo, n. abril - maio - junho, p. 4-7, 2020.

KOTHARI, A.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. (orgs.).

**Pluriverso**: um dicionário do pós-desenvolvimento. Tradução de Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: Elefante, 2021.

KRENAK, A. **Idéias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valorização. Tradução de Maurício Waldman. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2017.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2020a.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 edições, 2020b.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Tradução de Carolina Caires Coelho. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Tradução de Waltensir Dutra. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PERROT, M. Os silêncios do corpo da mulher. *In*: MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 13-27.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica**. 16<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

SCHWARZ, R. **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TERREBLANCHE, C. **Ecofeminismo**. In: KOTHARI, A.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A (orgs.). **Pluriverso**: um dicionário do pós-desenvolvimento. Tradução de Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: Elefante, 2021, p. 275-279.